

# “Operação Lava Jato” no Supremo Tribunal Federal: primeiro quinquênio

## I - Início: 2014

No decorrer da investigação de crimes de lavagem de capitais em face do ex-Deputado Federal José Janene e do doleiro Alberto Youssef, em março de 2014 deu-se o cumprimento a várias medidas ostensivas expedidas pela Justiça Federal de Curitiba/PR (prisões temporárias e preventivas, conduções coercitivas e buscas e apreensões) que culminaram com a descoberta do envolvimento nos fatos de Paulo Roberto Costa, ex-Diretor de Abastecimento da Petrobras S.A.

A defesa de Paulo Roberto Costa impetrou na Suprema Corte o HC 121.918, distribuído ao saudoso Ministro Teori Zavascki, primeira medida judicial envolvendo a nominada “Operação Lava Jato” no Supremo Tribunal Federal. Na sequência, o caso retornou à Suprema Corte com a distribuição da RCL 17.623, em que se alegou a usurpação de competência pela investigação de pessoas com foro privilegiado em primeiro grau.

## II - Colaborações premiadas: 112 acordos e 1.400 termos de depoimentos em 5 anos

Em agosto de 2014, Paulo Roberto Costa celebrou o primeiro acordo de colaboração premiada no seio da denominada “Operação Lava Jato”. Processado na classe Petição, o acordo foi homologado pelo Ministro Teori Zavascki.

Em 5 (cinco) anos de múltiplas e complexas investigações, o Supremo Tribunal Federal analisou, no âmbito dessa operação, **112 acordos de colaboração premiada**.

Neste último ano (2019) foram homologados **2 acordos**, estando um terceiro em processamento com vista à Procuradoria-Geral da República desde 12.11.2019.

Do conjunto das colaborações premiadas homologadas (**112 acordos**), atualmente 3 delas são objeto de pedidos de rescisão a requerimento da Procuradoria-Geral da República, já tendo sido indicado um dos feitos à pauta.

Em todos esses acordos de colaboração premiada homologados pelo Supremo Tribunal Federal, em aproximadamente **1.400 termos de depoimentos** foram determinadas providências necessárias à deflagração de investigações no âmbito da Suprema Corte, como também em outros juízos de diversos grau de jurisdição. Desse modo, com a remessa desses foram deflagradas, por exemplo, inúmeras operações em vários Estados do Brasil (além do Distrito Federal, em São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Norte, Bahia, entre outros).

### III – Petições (PET): 1.015 procedimentos

Na classe processual das Petições (PET) são processados, em geral, os acordos de colaboração premiada, cisões das referidas colaborações, pretensões de compartilhamento de provas, restituições de coisas apreendidas, agravos regimentais destacados de Inquéritos e Ações Penais, pedidos de abertura de Inquéritos e recebimento de expedientes de outros juízos.

No ano de 2019 foram iniciadas **115** novas Petições (PET), alcançando o acervo atual de **283 Petições**.

Nesse específico procedimento (PET) foram proferidas, nesses 5 (cinco) anos, aproximadamente **1.791 decisões** e **4.202 despachos**, sendo protocoladas **9.122 petições** e expedientes pela defesa, Ministério Público e outros órgãos.

Merece destaque, por outro lado, o trabalho realizado no âmbito das Petições (PET) - classe processual em que se processa os acordos de colaboração premiada. No controle judicial desses procedimentos apurou-se, até o momento, valor expressivo em diversos juízos federais no Brasil; além desses montantes, somente no que remanesceu no Supremo Tribunal Federal, chegou-se a **R\$ 804.529.360,65 (oitocentos e quatro milhões, quinhentos e vinte e nove mil, trezentos e sessenta reais e sessenta e cinco centavos)**, quantias que vêm sendo destinadas, após oitiva da Procuradoria-

Geral da República, em regra, às específicas pessoas jurídicas de direito público e privado vitimadas pelas ações ilícitas delatadas.

Também são sendo deliberadas nesses autos (PET) medidas relativas a perdimento de bens dos delatores e à progressão de regime do cumprimento das sanções acordadas, sendo examinados, ainda e corriqueiramente, pleitos de compartilhamento dos termos de depoimentos coletados nos acordos de colaboração premiada solicitados por vários órgãos jurisdicionais e administrativos.

## IV - Inquéritos no STF

No âmbito da “*Operação Lava Jato*”, a iniciativa do Ministério Público Federal deu-se em março de 2015, quando a Procuradoria-Geral da República apresentou pedidos de investigação em face de parlamentares, requerendo, àquela época, a deflagração dos primeiros Inquéritos.

Com relação à evolução do quantitativo desses Inquéritos, temos os seguintes acervos anuais:

---

**2016 - 33 Inquéritos (remanescentes do Ministro Teori Zavascki)**

**2017 - 125 Inquéritos (março de 2017 - após colaboração Odebrecht)**

**2017 - 67 Inquéritos (dezembro de 2017)**

**2018 - 75 Inquéritos (novembro de 2018)**

**2019 - 35 Inquéritos (dezembro de 2019)**

---

O movimento processual nessa classe alcançou, até o momento, **418 decisões** e **1.696 despachos** envolvendo as **4.252 petições** e expedientes recebidos do Ministério Público, outros órgãos e investigados.

A relatoria ainda determinou, após manifestação da Procuradoria-Geral da República, o arquivamento de vários Inquéritos, nos moldes do art. 18 do Código de Processo Penal, ordenando também a redistribuição a outros Ministros do Supremo Tribunal Federal de investigações que não tinham relação com a Petrobras S.A. e a declinação a outras instâncias, em especial após a decisão plenária proferida no âmbito da QO-AP 937. Desse modo, temos no ano de 2019:

---

**2019 - 12 Inquéritos arquivados**

**2019 - 24 Inquéritos declinados a outras instâncias e Tribunais**

**2019 - 1 Inquérito redistribuído no âmbito do STF**

---

## V - Denúncias ofertadas no Supremo Tribunal Federal

Até o momento foram protocoladas pela Procuradoria-Geral da República **25 denúncias** no âmbito da “Operação Lava Jato” no Supremo Tribunal Federal.

Dessas, a relatoria levou ao colegiado o exame da admissibilidade de **18 denúncias**, com **11 recebidas** e convertidas ou a converter em Ações Penais, enquanto **7 foram rejeitadas**, sendo vencido o Ministro Edson Fachin em **5 desses julgamentos**.

Reconheceu-se, ainda, em **1 Inquérito** com denúncia a existência de causa de extinção da punibilidade.

Os **4 Inquéritos** remanescentes encontram-se nas seguintes fases processuais para conclusão do julgamento de admissibilidade da denúncia ofertada:

---

**1 Inquérito aguardando a devolução de vista do Ministro Gilmar Mendes datada de 13.11.2018**

---

---

**3 Inquéritos em elaboração de voto**

**2 denúncias** enviadas, antes do exame pela Turma, ao 1º grau de jurisdição, com fundamento no deliberado na QO-AP 937 (superveniente perda de foro por prerrogativa de função pelo acusado).

---

## VI - Ações Penais perante o Supremo Tribunal Federal

Do conjunto de **9 Ações Penais** deflagradas no âmbito da Suprema Corte, a relatoria da “Operação Lava Jato” logrou êxito em concluir o julgamento de **3 Ações Penais**, deliberando-se por **2 condenações** e **1 absolvição**.

Já se deu início ao cumprimento de pena em ambos os casos em que proferido pelo colegiado decreto condenatório.

No que tange às **6 Ações Penais** pendentes de exame, temos o seguinte quadro:

---

**(a) 2 Ações Penais pautadas pela Relatoria em 22.10.2019 e 26.11.2019 aguardando integral julgamento pela Segunda Turma;**

**(b) 1 Ação Penal em diligências complementares;**

**(c) 1 Ação Penal conclusa para elaboração de voto;**

**(d) 1 Ação Penal enviada ao Revisor em 10.12.2019;**

**(e) 1 Ação Penal que aguarda o julgamento de Agravo Regimental quanto ao juízo destinatário.**

---

A movimentação processual das Ações Penais, nesse período de 5 (cinco) anos, alcança **822 petições** e expedientes protocolados pelas

partes e terceiros, que redundaram **71 decisões** e **270 despachos**, sendo ouvidas **192 pessoas** nas **79 audiências** realizadas por juízes lotados no gabinete.

Faço o registro que, de nossa Relatoria, também foram levadas a julgamento outras **12 Ações Penais** nos últimos anos, sem relação com a referida “*Operação Lava Jato*”.

## VIII - Ações Cautelares

No âmbito da “*Operação Lava Jato*” ainda se processam as Ações Cautelares, medidas consistentes em prisões temporárias e preventivas, busca e apreensões, interceptações telefônicas, ações controladas, quebras de sigilo bancária e telefônico e quebras de sigilo de dados propostas para subsidiar, em regra, as investigações objeto dos Inquéritos.

Durante o ano de 2019 foram deflagradas **12 Ações Cautelares**, resultando no acervo de **101 Ações Cautelares** em andamento.

Foram proferidas nesse específico procedimento **507 decisões** e **1.260 despachos**, sendo protocoladas **3.359 petições** e expedientes pela defesa, Ministério Público e outros órgãos.

## VIII - A instância recursal da “*Operação Lava Jato*”

Também merece destaque que, ao lado da atuação relativa à competência originária referente a investigações contra detentores de foro privilegiado no Supremo Tribunal Federal, esta Relatoria vem atuando na instância recursal dos feitos atinentes à nominada “*Operação Lava Jato*”, apreciando os recursos advindos das decisões proferidas nos diversos graus de jurisdição.

Desse modo, somente no âmbito da aludida operação, no ano de 2019 foram apreciados até o momento **69 Habeas Corpus**, **13 Recursos em Habeas Corpus**, **26 Reclamações** e **25 Agravos em Recursos Extraordinário**.

Ao lado disso, em matéria não inserida na “*Operação Lava Jato*”, o gabinete do Ministro Edson Fachin recebeu no ano de 2019 aproximadamente **1.000 Habeas Corpus, 115 Recursos em Habeas Corpus, 90 Reclamações e 300 Agravos em Recursos Extraordinário**. Nesse conjunto de processos, foram proferidas cerca de **2.100 decisões** no ano de 2019.

## VIII - Considerações finais - 2020

Como sabido, neste ano (2019) controvérsias importantes foram deliberadas pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, merecendo lembrança a reafirmação da competência da Justiça Eleitoral para julgar crimes comuns conexos a delitos eleitorais (INQ 4.435), a impossibilidade da execução da pena após a condenação em segunda instância, preservada a hipótese de prisão se presentes os requisitos da prisão cautelar (ADCs 43 e 44) e a validade do compartilhamento de dados pela Receita Federal e COAF (agora nominado UIF) (RE 1.055.941). Em curso de

Está em curso de julgamento na Segunda Turma a AP 1.002.

Para o ano de 2020, almeja-se de imediato finalizar os julgamentos em curso e da AP 1.015, já pautada neste ano de 2019, bem como, após liberação do Ministro Revisor, da AP 1.019.

Estão na pauta, ademais, os Embargos de Declaração no INQ 3.989, aguardando-se a devolução de vista do INQ 4.720, (apuração do delito de obstrução à justiça), suspenso em razão de pedido de vista do Ministro Gilmar Mendes em 13.11.2018, com votos favoráveis à admissibilidade da acusação proferidos pelo Ministro Edson Fachin (relator) e Ministra Cármen Lúcia.

Será liberada à revisão no início do expediente forense de 2020 a AP 1.025, enquanto a AP 1.032 deve seguir à fase das alegações finais com remessa à Procuradoria-Geral da República e à defesa.

Por fim, estima-se encerrar a deliberação de outros temas incidentais objeto de vários agravos regimentais – **aproximadamente 20 casos** - já apresentados ao exame da Turma, com julgamentos suspensos, dentre eles *Habeas Corpus* e medidas que suscitam alegações de suspeição e matérias correlatas.

Temos **5 agravos regimentais** incluídos em lista presencial aguardando julgamento; **4 agravos regimentais** com vista devolvida aguardando inclusão em pauta; **7 agravos regimentais** aguardando devolução de vista pelo Ministro vistor; **2 agravos regimentais** aguardando a chamada para conclusão do julgamento.

Brasília, 12 de dezembro de 2019.

***Gabinete do Ministro Edson Fachin***